

DOCUMENTAÇÃO

Assim vivem os universitários europeus

Ser estudante universitário na Europa não envolve o mesmo tipo de vida. Trabalho e estudo, viver em casa ou fora, a carga da família ou do Estado, são fatores que variam consoante os países. Dois estudos, um de âmbito espanhol – coordenado pela Universidade de Valência, "Condiciones de vida y participación de los estudiantes universitarios en España 2011" – e outro europeu – "Social and Economic Conditions of Students in Europe", Dominic Orr, Christoph Gwosc, Nicolai Netz, W. Bertelsmann, 2011, mais conhecido como "Eurostudent IV" –, ofereceram recentemente uma radiografia da população universitária.

As conclusões são parecidas, embora não iguais: o universitário espanhol vive maioritariamente com a família e da família; cada vez trabalha mais enquanto estuda, apesar de longe dos países que melhor conciliam vida laboral e académica; é o europeu que mais chega à universidade diretamente do ensino secundário, sem experiência laboral. Por outro lado, dedica mais horas do que a maioria dos colegas europeus a atividades ligadas à sua carreira.

Jovens e sem experiência laboral

O universitário espanhol médio (sem contar os estudantes de *masters*) é dos mais jovens da Europa: a taxa de estudantes com menos de 25 anos é de 84%. Ao contrário do que ocorre noutros países, o espanhol não costuma atrasar a sua entrada na universidade: segundo o "Eurostudent", 93% começam os seus estudos nos doze meses posteriores à obtenção do certificado de acesso.

De qualquer forma, estes números contrastam com os de outros países – fundamentalmente os escandinavos –, onde o normal é que os estudantes tenham, pelo menos, um ano sabático depois de terminarem o ensino secundário, que utilizam a viajar ou a acumular experiência laboral.

É nos países nórdicos, juntamente com a Irlanda e a Inglaterra, onde mais alunos acedem à universidade por canais diferentes do convencional (prova de acesso). Em Inglaterra e na Irlanda estão a ter muita procura os programas de *vocational training*.

Se a entrada para o correspondente às antigas licenciaturas não costuma atrasar-se em Espanha, o panorama nos

mestrados é inverso: os espanhóis são dos que mais demoram antes de começarem, o que indica que o mestrado ainda não é encarado como um apêndice natural da licenciatura, que é a ideia do plano Bolonha. Só 23% dos estudantes de mestrado têm menos de 24 anos, uma das taxas mais baixas da União Europeia. Outros países com o mesmo perfil são Inglaterra, Irlanda, Noruega e Malta.

A experiência laboral que os estudantes espanhóis não têm antes de entrarem na universidade, adquirem-na cada vez mais durante a carreira. Segundo dados do estudo espanhol, 45% compatibilizam os estudos com algum tipo de trabalho, muitas vezes intermitente, sobretudo entre os estudantes de mestrado, com mais idade do que a média europeia. Mas a Espanha ainda é um dos países onde menos se interrompem os estudos.

Filhos universitários de pais que não o foram

Um dos objetivos explícitos do programa Bolonha é fomentar que a universidade seja um instrumento de nivelamento das desigualdades sociais, para todos disporem das mesmas oportunidades. É o que o "Eurostudent" denomina função democratizadora da universidade.

Neste sentido, o relatório destaca os resultados de países como Portugal, Malta ou Itália, onde mais de 50% dos estudantes universitários atuais vêm de famílias com pais sem estudos universitários. A Espanha é outro dos países que mais tem avançado em mobilidade social, embora continue sem conseguir levar até à universidade os filhos dos trabalhadores, pertencentes ao sector que o estudo designa por *blue collar*: eletricitistas, canalizadores, etc.

O "Eurostudent" divide os países em inclusivos, não inclusivos e países em transição. No grupo dos sistemas inclusivos, os que mais conseguem suprimir as desvantagens sociais, estão a Irlanda, a Holanda e a Suíça, com a Finlândia perto dos padrões necessários. Nos países em transição, temos Portugal, Espanha, Noruega, República Checa e Polónia.

Nos não inclusivos, destacam-se economias mais débeis – Turquia, Roménia ou Hungria – mas também França, Alemanha, Áustria e Dinamarca, países onde as diferenças sociais se reproduzem e até se ampliam na universidade.

Por tipo de estudo, os cursos humanísticos são mais inclusivos, pois costumam integrar mais alunos de menores rendimentos, enquanto nas engenharias estão muito presentes os que vêm de meios com maiores rendimentos.

A capacidade de atrair alunos mais velhos é outro índice de inclusão, visto que na quase totalidade dos países analisados, os alunos de classes sociais mais baixas estão em maioria entre os mais velhos, enquanto que os mais jovens pertencem a classes altas e famílias com mais estudos. Segundo o relatório, destacam-se pela flexibilidade, a Noruega, a Inglaterra ou Portugal e a Finlândia.

Estudas, trabalhas ou vais às aulas?

As jornadas mais exigentes, de trabalho e estudo, são as de portugueses e polacos, acima das 40 horas por semana, em média. Polacos, estonianos, dinamarqueses e checos são quem mais se dedica a trabalhar, embora de forma diferente: na Polónia, poucos estudantes, normalmente de classe social baixa, dedicam muitas horas. Já na Dinamarca, muitos estudantes, de todas as classes sociais, dedicam poucas horas.

Por horas de aula, estão acima da média, Portugal, Roménia e Turquia (mais de 20 semanais), e abaixo, Noruega, Áustria e Suécia (menos de 15). No estudo pessoal, os que mais se dedicam são os malteses (21 horas por semana), italianos (20) e suecos (20), e os que menos o fazem, eslovacos (9), romenos (9) e checos (11).

Em Espanha, a jornada ativa dos estudantes está acima da média, tanto em licenciatura, como no mestrado. No primeiro caso, são 41 horas semanais: 18 de aula (acima da média), 17 de estudo (também acima) e 6 de trabalho (abaixo). Quando o estudante trabalha a tempo parcial, retira mais horas às aulas do que ao estudo.

Os alunos que também trabalham, têm jornada ativa mais apertada, pois aumentam em horas de trabalho mais do que retiram a atividades de estudo. Itália, Suíça e Malta são exceções.

Que rendimentos têm os estudantes...

O relatório "Eurostudent" divide os rendimentos do estudante em quatro tipos: os conseguidos pelo trabalho, os avançados pela família do estudante, os estatais e outro tipo de rendimentos.

Em 13 países, a maioria, os rendimentos mais importantes vêm da família durante a licenciatura. É o caso de França, Espanha, Turquia, Roménia, Itália, Croácia ou Suíça, entre outros, algo que tem a ver, excetuando a Suíça, com o elevado número de estudantes que vivem com os pais.

O trabalho é a principal fonte de rendimentos na Eslováquia, República Checa, Letónia ou Irlanda. Especialmente relevante é o caso da República Checa, onde 70% dos rendimentos

mensais médios de um estudante de licenciatura provêm do seu próprio trabalho.

Se os que mais dependem do seu trabalho são os checos, no caso inverso, são os franceses, malteses e turcos: o que recebem das famílias e do Estado, abarca 70% dos seus rendimentos totais.

Os países onde o subsídio público é a principal parcela de rendimentos são Dinamarca, Suécia, Noruega, Inglaterra, Malta, Holanda e França. Um caso paradigmático é o da Suécia, onde as ajudas públicas constituem 60% dos rendimentos dos alunos de licenciatura e 62% dos de mestrado.

Em Espanha, os números correspondentes ficam-se por 7% nos de licenciatura e 12% nos de mestrado. Mesmo nesta etapa educativa, e tendo a Espanha uma das populações estudantis de mestrado mais envelhecidas da Europa, o que os estudantes recebem das famílias é quase o mesmo que aquilo que recebem pelo trabalho. Este padrão é anómalo em relação à média da UE, embora se repita em França, Alemanha ou Roménia.

No total, os universitários espanhóis recebem mais do que a média das suas famílias, menos das verbas públicas e também menos pelo seu trabalho.

... e no que gastam

O "Eurostudent" divide as parcelas de gasto em dois grandes blocos: gastos relacionados com o estudo – embora não inclua a habitação – e gastos pessoais (*living costs*). Em geral, os gastos pessoais constituem 75% de todos os gastos. Em países como a Dinamarca ou a Suécia, com a educação muito subsidiada pelo Estado, os gastos derivados do estudo atingem apenas os 5%, enquanto na Turquia, Portugal e Malta, a percentagem ronda ou supera os 60%.

A Espanha é um dos países, juntamente com França, onde os gastos da habitação têm maior percentagem, mais de 40%. Contudo, como em França, grande parte destes gastos é coberta pelos pais do aluno, sobretudo se vive numa residência universitária (80% pagos pelos pais), e não tanto se vivem sozinhos ou com parceiros(as) (15% e 27%, respetivamente). Em países do Norte da Europa como Finlândia ou Noruega, a ajuda dos pais não ultrapassa os 20%, independentemente de onde viva o estudante.

A Europa sedentária e a Europa nómada

Se se analisarem os dados do "Eurostudent" sobre o lugar de vida preferido pelos universitários, pode-se traçar uma divisão em dois blocos: a Europa ligada à família e católica do Sul – mais a Polónia – em contraste com a Europa emancipada do Norte.

Os países onde mais estudantes de licenciatura vivem com os pais são Itália (90%), Malta (89%), Espanha (89%) e Polónia (75%). No inverso, Dinamarca (4%), Finlândia (6%), Noruega

(7%) e Suécia (12%). Nestes países, cujo corpo estudantil é de idade superior à do Sul da Europa (média de 28 anos na Noruega, contra 24 de Espanha e Malta), é frequente que o universitário viva com parceiro(a) e mesmo com filhos, o que também acontece na Áustria.

As residências são populares no Centro-Leste europeu e nos países escandinavos (36% e 31% dos estudantes na Eslováquia e Suécia, respetivamente, embora onde há mais satisfação seja na Finlândia), enquanto são minoritárias no Sul – Portugal, Espanha, Itália – e na Suíça e em Malta. Viver com outros companheiros diferentes da família é especialmente comum na Alemanha e na Lituânia, enquanto que mais de 35% dos estudantes vivem sozinhos em França, na Finlândia ou na Suécia. Neste último país, a emancipação da casa paterna é muito precoce: só 18% dos universitários suecos com menos de 24 anos estão a viver com os seus pais.

Algumas circunstâncias ajudam a entender estas diferenças. Por exemplo, a localização dos centros universitários. Onde as universidades estão situadas dentro dos grandes núcleos urbanos há maior percentagem de estudantes a viver com os pais. Isto acontece essencialmente no Sul da Europa. Por outro lado, os subsídios têm papel significativo. Na Noruega, só se concedem bolsas a alunos que não estejam a viver com os pais, o que fomenta de modo indireto outro tipo de formas de vida.

Além da mobilidade entendida como emancipação da casa paterna, o relatório também analisa a frequência com que os estudantes universitários europeus mudam de país por motivos relacionados com o estudo.

Ir para o estrangeiro

Uma das principais conclusões é que mais uma vez se pode fazer uma divisão, embora não tão evidente, entre os países do Norte e os do resto da Europa. Os estudantes que mais vão para o estrangeiro continuar a sua formação são os finlandeses, os dinamarqueses, os holandeses, os noruegueses e os suecos. No plano contrário, os polacos, os croatas e os eslovacos são os que menos o fazem.

Os espanhóis, embora só o façam 9%, são dos que mais planeiam estudar noutro país. Os principais obstáculos, segundo a sua própria impressão, são o pouco conhecimento das línguas, o medo de se atrasarem na carreira e a falta de informação. Talvez por isso ocupem um lugar destacado – os segundos de todos os países avaliados – entre os estudantes que mais viajam para o estrangeiro a frequentar algum tipo de programa linguístico.

F.R.B.

EUA: a universidade converte-se noutra hipoteca

Que os estudantes universitários se endividem para cobrir os gastos dos seus estudos tem sido normal nos Estados Unidos desde há muitos anos. Isto não era considerado um grande risco tendo em conta que podiam encontrar um bom emprego ao acabar os estudos, e estavam em condições de devolver o empréstimo. Agora, a crise desfez este equilíbrio, e o governo norte-americano procura a maneira de conseguir vir a atender um clamor popular.

Obama anunciou novo plano para reduzir o encargo económico dos empréstimos universitários. Por um lado, permite-se que os estudantes que estejam a pagar dívida por dois empréstimos federais diferentes unifiquem os seus pagamentos, além de baixar o juro entre 0,25% e 0,5%, consoante a forma de pagamento. A administração Obama pensa que esta medida beneficiará mais de 5 milhões e meio de estudantes.

A segunda medida limita como máximo dos rendimentos que o licenciado já empregado terá de pagar pelo empréstimo federal, os 10% (eram 15%). A dívida será perdoada ao fim de 20 anos, em vez de 25 como até agora.

O Presidente aproveitou, além disso, o clima de opinião criado pelo movimento Ocupa Wall Street, para apresentar as suas medidas em resposta a uma das denúncias mais escutadas entre os indignados dos EUA: os empréstimos necessários para poder estudar nas universidades públicas e privadas do país, converteram-se num peso para as economias dos recém-licenciados durante um período cada vez mais longo da sua vida. Há quem diga que vão continuar a devolver o empréstimo quando os seus filhos entrarem na universidade.

Dois terços dos licenciados em 2008 terminaram os estudos endividados com empréstimos, quando, em 1993, eram menos de metade. Segundo um relatório publicado recentemente pelo Institute for College Access and Success, a dívida média de um estudante após quatro anos na universidade era, no ano passado, de 24.000 dólares. Não é que a quantia tenha subido exageradamente nos últimos anos, mas a dificuldade cada vez maior dos licenciados no mercado laboral faz com que aquilo que em tempos passados era um investimento seguro, se tenha convertido num factor de risco e o incumprimento está a crescer.

Os que mais precisam

Uma das críticas que o plano de Obama recebeu, é a de que não beneficia precisamente os que mais necessitam: os licenciados que não conseguem entrar no mercado laboral e que têm uma significativa dívida acumulada. Com efeito, as duas medidas anunciadas por Obama, respeitam apenas aos atuais estudantes, e nem sequer a uma maioria.

Só 450.000 estudantes estão inscritos no programa “Pay as you Earn” – paga quando ganhares dinheiro – dos mais de 36

milhões de universitários norte-americanos que contraíram algum tipo de dívida para pagar os estudos. A redução da carga económica deste tipo de programas pretende precisamente atrair um maior número de universitários para esta forma de financiamento.

A possibilidade de unificar os empréstimos também tem alcance limitado. Somente beneficiará os que tenham recebido um empréstimo do “Direct Loan Program”, um programa onde é a própria administração quem concede o empréstimo, e outro do antigo “Federal Family Education Loan” (FFEL), pelo qual entidades privadas geriam fundos federais. No total, está previsto que esta medida abranja cinco milhões e meio de estudantes. Além disso, os que se tenham declarado incapazes de assumir os pagamentos dos seus empréstimos, não poderão beneficiar da unificação de empréstimos.

F.R.B.